

Algunas reflexiones sobre la equidad en la educación y su contexto en México

Algunas reflexões sobre a igualdade na educação e seu contexto no México

Carlos Miguel Amador Ortíz

Instituto Tecnológico Superior de Puerto Vallarta, México

carlos.amador@tecvallarta.edu.mx

Resumen

En este trabajo se hace una reflexión sobre el concepto de equidad a partir de la teoría de la justicia social de Rawls (1993), partiendo de una visión general sobre el panorama en América Latina y las actuales reformas en México; asimismo, se analizan algunos programas gubernamentales cuyo objetivo es contribuir a mejorar la equidad en México con base en los criterios establecidos por el Banco Mundial, específicamente los factores extraescolares que inciden en el éxito escolar y que impactan directamente en la equidad educativa (Aguerrondo, 1993). Los programas que se analizan en este trabajo son: escuelas dignas, escuelas de excelencia para abatir el rezago educativo, escuelas de tiempo completo (ETC), inclusión y alfabetización digital, e inclusión y equidad educativa.

Palabras clave: equidad, educación, calidad, justicia social, programas de intervención.

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o conceito de equidade é baseada na teoria de Rawls Justiça Social (1993), com base em uma visão geral das perspectivas na América Latina e as reformas em curso no México; Além disso, alguns programas de governo são analisadas cujo objectivo é melhorar a equidade no México com base nos critérios estabelecidos pelo Banco Mundial, especificamente fatores escolares que influenciam o sucesso escolar e que impactam diretamente equidade educacional (Aguerrondo de 1993). Os programas discutidos neste

documento são: escolas decentes, as escolas de excelência para derrubar o hiato educacional, as escolas de tempo integral (ETC), a inclusão ea literacia digital e equidade educacional e inclusão.

Palavras-chave: capital, de educação, de qualidade, de justiça social, programas de intervenção.

Fecha Recepción: Agosto 2015

Fecha Aceptación: Diciembre 2015

Introdução

O atual panorama internacional apresenta diferenças heterogêneas entre países em termos de organização e estrutura social, economia e política; embora o sistema predominante na esfera global é uma economia de mercado livre, e de organização política generalizada vem das idéias dos valores do Iluminismo, tais como democracia e liberdade, o grau de introjeção desses valores é altamente variável em diferentes regiões do mundo.

A situação na América Latina é caracterizada por democracias do processo de consolidação; países latino-americanos tendem a ser politicamente estável e possuir instituições fortes (embora ainda não resolveu o problema crônico da corrupção); No entanto, ao mesmo tempo que têm o problema de pobreza experimentado pela maioria da população. Assim, esses países são considerados pobres ou em desenvolvimento e sua economia cresce a um tamanho reduzido em comparação com outras regiões.

O que investir em educação é pouco comparado com o que os países desenvolvidos gastam. Acesso a melhores oportunidades, serviços e qualidade de vida apenas para determinados grupos da população em algumas regiões de cada país (por exemplo, a pobreza ea marginalização é mais prevalente em populações indígenas e em áreas rurais é oferecido em comparação com população não indígena e urbana).

Além disso, tem havido uma profunda mudança social, econômica e política nas últimas décadas, mas os sistemas de ensino não mantiveram o ritmo com essa mudança. A este respeito, autores como Braslavsky e Cosse (1996) menciona que a questão da educação está em crise, causada pela

enorme expansão do sistema de ensino, a falta de orientação para a aprendizagem ao longo da vida, as desigualdades sociais, mudanças familiares, e desestruturação os eixos do sistema educacional (sequência e prioridades).

Além disso, Krawczyk (2002) menciona, depois de analisar um conjunto de documentos oficiais de organismos multilaterais: o programa para promover a reforma da educação na América Latina e no Caribe (PREAL), Banco Mundial (BM), a Comissão Econômica para a América Latina América Latina eo Caribe (CEPAL) divisão de desenvolvimento Social da ONU, o Banco de desenvolvimento Inter-American e do Instituto Internacional de Planejamento da educação da UNESCO (IIEPE), há um consenso entre os autores que os sistemas educacionais existentes -de maioria dos países não estão respondendo às demandas geradas pela reorganização dos sistemas democráticos ea abertura da economia.

Referindo-se a esta situação global, Cohen (2002) menciona que a equidade enfrenta algumas dificuldades: não a questão é abordada de compreender a multiplicidade de factores explicativos, há poucas avaliações sistemáticas dos projetos implementados, e há pouca conexão entre a informação disponíveis e as equipes que definem as políticas.

DESENVOLVIMENTO

A questão da equidade no contexto das democracias na América Latina

A questão de fundo de ações carrega um aspecto ideológico do conceito de igualdade como um valor que é concebido de uma certa forma de acordo com o tipo de organização social e do consenso social vigente; alguns dos pilares das sociedades modernas são iguais perante a lei e os direitos e deveres de exercer em um ambiente de liberdades civis, políticos e econômicos (Rodriguez, 2008).

No entanto, este ambiente de liberdade em uma estrutura social heterogênea implica uma diferenciação entre as capacidades, oportunidades e acesso a melhores produtos, serviços e opções de vida, que resultam na geração de desigualdades sociais e problema ético justiça social.

Rodriguez (2008), analisa o conceito de Amartya Sen na justiça social, assumindo que qualquer concepção de igualdade implica a definição de uma igualdade fundamental de que poderia "justificar" outros tipos de desigualdades; nas sociedades modernas a igualdade fundamental é a

igualdade de oportunidades e igualdade perante a lei, que atualmente continua a ser um ideal utópico que não teve resultados benéficos de carácter económico e social para a maioria (pelo menos na América Latina).

Uma das propostas actuais sobre a injustiça social, com foco na igualdade, é Rawls (1993), uma parte de um princípio hipotético que chamou véu da ignorância, mencionando que se todos nós, como sociedade, estavam em uma posição de não saber o lugar que ocupam na estrutura social (uma estrutura com diferenças económicas, culturais e de oportunidades, onde a maioria está em desvantagem) e tivemos de negociar uma forma de organização social baseada nesse princípio, a melhor opção seria encontrar um sistema mais justo e igual para todos. A este respeito, Rawls propõe dois princípios de justiça:

1. Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais extenso esquema das liberdades básicas iguais compatíveis com um esquema semelhante de liberdades para os outros, e

2. As desigualdades sociais e económicas que devo resolvidos de modo que:

-resulten o maior benefício para os membros menos favorecidos da sociedade (princípio da diferença).

escritórios -as e posições deve estar aberto a todos em condições de igualdade de oportunidades (justa igualdade de oportunidades).

Esta proposta teórica sobre o capital próprio é importante porque o seu ponto de partida é os direitos e liberdades iguais e a busca do lucro dos membros menos favorecidos; isto é, afirma que deve haver um sistema de compensação em que a ajuda mais favorecidos melhorar as condições de vida e oportunidades para os mais desfavorecidos (melhoria da equidade).

Portanto, como já mencionado, o princípio da liberdade das sociedades modernas envolve a geração de desigualdades na distribuição da riqueza, que são mais acentuados em países menos industrializados e em desenvolvimento, como os latino-americanos. Vakis, Rigolini, e Luchetti (2015), citando 2012 dados do Banco Mundial, que relata que 12,3% da população da América Latina vivia em extrema pobreza (com US \$ 2,5 por dia), 25,3% viviam na pobreza moderada (com US \$ 4 por dia), 37,8% são vulneráveis à pobreza (com US \$ 4 a US \$ 10 por dia), e 34,2% pertenciam à classe média (US \$ 10 a US \$ 50 por dia).

Assim, 75,4% da população da América Latina em 2012 foi considerado pobre ou vulneráveis à pobreza, uma situação relacionada com a falta de oportunidades em um ambiente desfavorável para o desenvolvimento ótimo dos indivíduos contexto social, que juntamente com a educação pública de baixa qualidade, tornou-se um ciclo vicioso que mantém a melhoria das condições de equidade e de vida das classes mais baixas.

Em relação à influência do contexto social no tema educacional é interessante observar os dados fornecidos pelo Banco de Mundial (Aguerrondo, 1993): 60% do desempenho escolar vem de fora-de natureza socioeconômica e familiar (40 a 50%) , o clima educacional mais importante em casa (o tempo dedicado ao estudo dos adultos do agregado familiar); a capacidade econômica (25 a 30%); e, finalmente, o nível de organização familiar.

Neste contexto, onde eles levaram em conta fatores que influenciam o desempenho escolar, como desigualdade e pobreza na América Latina, é importante desenvolver uma proposta baseada em uma análise crítica da realidade que realmente incursões na situação equidade em questões educacionais. Retomando os postulados da teoria de Rawls sobre a justiça social, a proposta deve se concentrar em apoiar a menos favorecidos nos elementos que estão causando a desigualdade de oportunidades. Assim, o estudo de factores escolares torna-se importante.

Em resposta a estes problemas, Cohen (2002) menciona um princípio de equidade (consistente com o segundo princípio da teoria da justiça social Rawls), onde ele menciona que, para superar as diferenças devem ser tratadas de forma desigual aqueles que são socioeconomicamente desigual (ação afirmativa ou discriminação positiva); ou seja, é necessário intervir na questão educacional, proporcionando uma educação de maior qualidade diferenciada para os setores mais desfavorecidos e propor estratégias para combater os efeitos de aspectos contextuais.

Alguns indicadores da questão educacional no México

México tem aumentado significativamente o acesso ao ensino básico e secundário nível, ou seja primário: quase 100% da população frequenta este nível (INEE, 2013; Navarro, 2006); no entanto, há uma defasagem muito perceptível em outros grupos populacionais de diferentes níveis e idades, onde o percentual de cobertura é mais baixa.

Tabla I. Porcentaje de asistencia a la escuela

Edades	Porcentaje
3 a 5 años	73 %
6 a 11 años	98 %
12 a 14 años	93.3 %
15 a 17 años	71.1 %
18 a 24 años	32.2 %

Fuente: (INEE, 2013).

De acordo com a INEE de dados (2013), três em cada dez crianças não frequentam a pré-escola e três em cada dez jovens que não frequentam a escola, um número que se eleva ainda mais no nível superior, com sete em cada dez jovens não acesso ao ensino superior. A população que não frequentam a escola quantidades para 4,3 milhões de pessoas com idades entre 3-17 anos.

As taxas de frequência escolar de acordo com as condições econômicas, de acordo com o INEE (2013), são: pré-escolar (3-5 anos), 79,6% no não-pobres população considerada e 66,4% da população pobres. A desigualdade é ainda mais perceptível se a população económica é comparado no quinto quintil de renda (a população com rendimentos mais elevados), que registra uma participação de 89,3% em comparação com 66,4% da população a viver abaixo do limiar da pobreza e 67,8% da população no primeiro quintil de renda (a população com rendimentos mais baixos). Na população com idade entre 15 a 17 anos a desigualdade no acesso aumenta significativamente com 77,6% nos não-pobres em comparação com 57,2% de atendimento da população que vive em situação de pobreza alimentar, e comparando por quintil de renda, o acesso é 82,6 populacional% no quinto quintil e 54,7% da população no primeiro quintil de renda (ver gráfico 1).

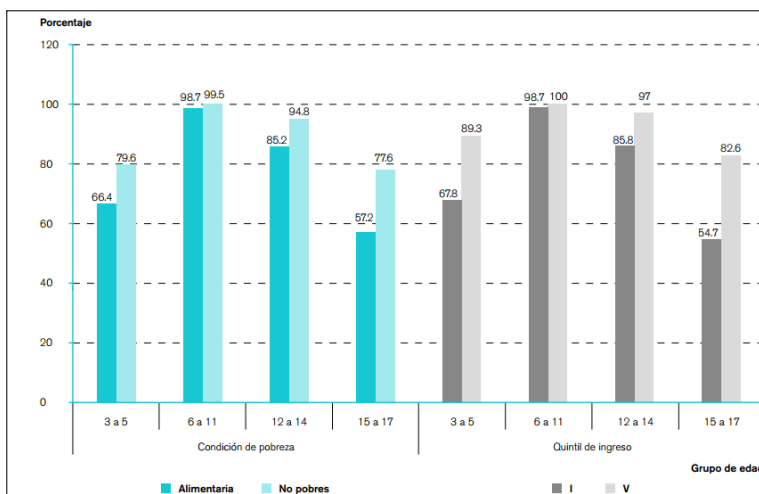
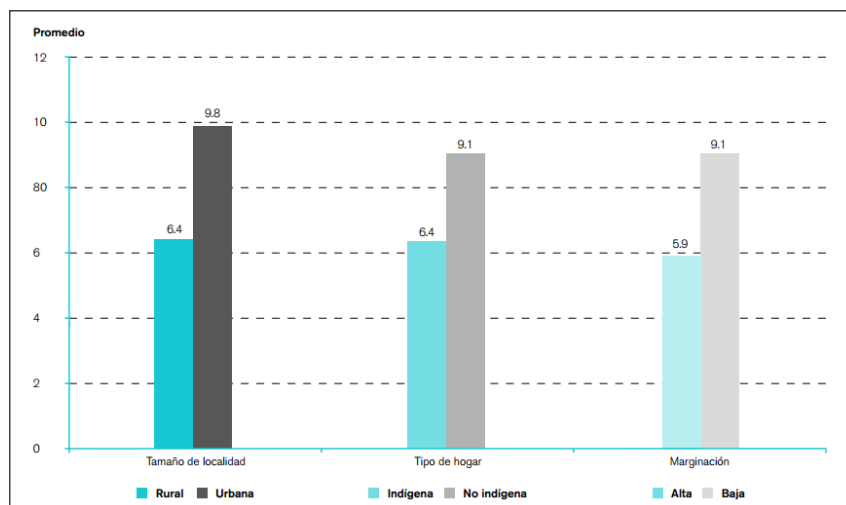


Gráfico 1. Porcentaje comparativo de asistencia a la escuela de grupos de población pobres y no pobres (INEE, 2013).

As maiores desigualdades entre as populações mais vulneráveis e os principais beneficiários sobre a sua participação ao nível do ensino secundário são apresentados em domicílios cujo chefe de família atingiu um nível de escolaridade o ensino superior (96,1%) ou trabalhar mais do que 20 horas por semana extra-domesticamente (30,5%) (INEE, 2013).

Outro fato notável é a desigualdade de gênero, veja onde os homens mostram uma desvantagem para as mulheres em todos os níveis, incluindo o ensino superior (Bustos, 2003).

Outro aspecto importante na questão do acesso à educação é o número de anos de estudo na população com 15 anos de idade. Se a comparação entre as cidades de áreas rurais é a média de anos de escolaridade é de 6,4 e 9,8 nas áreas urbanas; a média da população indígena é de 6,4 anos ea população não-indígena de 9,1; Finalmente, na média da população altamente marginalizada é 5,9 anos ea população com baixa marginalização de 9,1 (ver Figura 2).



Gráfica 2. Escolaridad media de la población de 15 años de edad o más por tamaño de localidad, tipo de hogar y marginación (INEE, 2013).

Equidade nas reformas em curso no México

No México, como na América Latina, para fazer reformas educacionais envolve trabalho duro de negociação entre o Estado e os sindicatos, uma vez que estes últimos são de âmbito nacional (Navarro, 2006); e, portanto, o processo de formulação de políticas (PFP) é realizada principalmente através da negociação destes dois atores (embora possa haver envolvimento de outras pessoas, como professores, diretores, supervisores e até mesmo os pais, as negociações mais importantes existem entre os sindicatos e do estado).

Em um ambiente em que se registaram progressos nomeadamente no acesso aos serviços educacionais, a questão da qualidade e equidade se torna mais importante (Navarro, 2006); esta questão no contexto das reformas é a discussão entre a União eo Estado sobre as implicações para os professores para ajustar as diretrizes de seu papel no sentido de indicadores de qualidade educacional. No México, apesar da resistência de um setor união grande e professores, a reforma foi adoptada em 2012, que inclui, entre seus aspectos mais importantes de uma alteração aos artigos da Constituição dias 3 e 73, onde é mencionado que além de ser obrigatória, laica, gratuita e pública, a educação básica no México também deve ser ensinado com qualidade e equidade.

Assim, fica estabelecido que o Estado tem a obrigação nada mais para oferecer educação, mas que este cumpre os critérios quantitativos de acesso e qualitativa garantir que os alunos adquiram

os conhecimentos esperados do sistema e que servem para adaptar-se e lidar no contexto atual. Vale ressaltar que o desafio é verdadeiramente grande e que, embora a meta pode parecer irrealista no curto prazo, com base nestas novas regras são esperados são direcionados esforços do sistema para estar em plena conformidade com a nova lei constitucional.

Um dos elementos mais notáveis desta reforma que deverá afetar positivamente sobre a qualidade e equidade da educação, é o mérito profissional como a única maneira de entrar, permanecer e avançar como um professor, diretor ou supervisor (assunto que tem gerado grande controvérsia e resistência dos professores sindicalizados). Assim, eles foram concedidos poderes ao Instituto Nacional de Avaliação Educacional (INEE), de modo que a autonomia total é atingida e os critérios e mecanismos para avaliar e gerir os professores profissionalização estabelecidos.

Um dos objectivos fundamentais da reforma educacional é garantir uma maior equidade no acesso à educação de qualidade. Com relação a esse objetivo são descritas e discutidas a seguir alguns programas do Ministério da emissão de ações orientadas Educação:

1. Programa de escolas decentes

Este projecto visa reabilitar edifícios escolares, e tem como objetivo consolidar a infra-estrutura escolar como um aspecto fundamental da educação pública. É voltada para as escolas mais desfavorecidas, especialmente aquelas localizadas em áreas indígenas e rurais; É constituída por fundos federais e estaduais e fornece o cuidado de escolas com base em um diagnóstico técnico (Ministério da Educação, 2015).

O projecto visa reabilitar as áreas nas escolas:

1. Segurança estrutural e as condições gerais de funcionamento
2. Serviços de Saúde
3. Móveis e equipamentos
4. Acessibilidade
5. Áreas de serviços administrativos
6. Infra-estrutura de conectividade
7. espaços polivalentes.

2. Escolas de excelência para derrubar o hiato educacional

As Escolas de Excelência Programa de Redução do atraso educacional é voltado a tomar medidas que contribuam para a redução dos atrasos nas condições físicas das escolas públicas de ensino fundamental e fortalecer a autonomia de gestão para melhorar a prestação de serviços educacionais (Secretaria interior, 2015).

O programa é destinado a escolas públicas de ensino primário e secundário que estão em condições de maior atraso em termos de instalações e equipamentos de acordo com Escolas de dados do Censo, professores e alunos de Educação Básica e Especial (CEMABE) bem como a área supervisões que servem essas escolas

Com este programa, a comunidade escolar recebe o recurso, planos e decide comunidade sobre o que investir em primeiro lugar: salas de aula, banheiros, bibliotecas, móveis de sala de aula, espaços polivalentes, cercas, materiais educacionais, formação de professores e pais, computadores, etc. .

3. Escolas Fulltime (ETC)

Este programa é estender o horário escolar nas instituições públicas de educação básica para expandir oportunidades de aprendizagem para crianças e adolescentes, a fim de melhorar o aproveitamento escolar, fortalecer o desenvolvimento curricular, promover a obtenção da qualidade de aprendizagem em um quadro equidade, e abordar as dificuldades e necessidades educacionais de todos os alunos que as atendem (Ministério da Educação, 2015).

O ETC prestação de serviços educacionais nos mesmos 200 dias escolares do que outras escolas, mas por um tempo prolongado. Este programa é destinado a escolas mais desfavorecidos: indígenas e rurais.

4. Inclusão ea literacia digital

Este programa é proporcionar aos alunos da quinta série electrónicos livres de escolas primárias públicas para seu uso pessoal e de suas famílias comprimidos. Seu objetivo é fornecer recursos tecnológicos para crianças a melhorar seu estudo, reduzir as lacunas digital e social de sua família

e sua comunidade, bem como fortalecer e formas de actualização de formação de professores (Ministério da Educação, 2015).

Este programa é destinado a alunos da 5ª série em escolas públicas do Distrito Federal.

5. Inclusão e equidade educacional

O programa para a inclusão e os objectivos de equidade educacional para ajudar a garantir uma maior cobertura, inclusão e equidade educacional entre todos os grupos da população para a construção de uma sociedade mais justa através de padrões e suporte para serviços de educação pública e melhorar infra-estrutura e equipamentos das instituições públicas de ensino fundamental, médio e superior, catering contexto de vulnerabilidade da população e / ou deficiência (Ministério do Interior, 2013).

Este programa impactos diferentes níveis de ensino e fornece suporte diferente de acordo com cada nível. No nível básico fornece o seguinte suporte:

Suporte técnico

1. As regras para as agências estaduais de educação são fornecidos e, a pedido expresso, aconselhamento e apoio técnico, bem como suporte para o desenvolvimento de competências locais para facilitar a realização dos objectivos e avaliação do programa.
2. A população é fornecido aconselhamento objectivo e apoio de agências estatais em cada estado para reforçar as competências de gestão (planejamento, avaliação interna e monitoramento) da comunidade escolar, promover condições de participação dos estudantes, professores, mães e pais ou responsáveis e da comunidade em geral para melhorar as taxas de retenção, inclusão e realização de aprendizagem na educação inicial e básica, e para integrar o cuidado de prioridades educacionais estabelecidos no sistema básico de sua melhoria da escola rota melhoria.

Apoio financeiro

- a) serviços multigrade educação indígena, migrante e fortalecida.
- b) serviços de educação especial que serve os alunos com deficiência ou com capacidades extraordinárias, através da transferência de recursos aos estados para atividades acadêmicas e as ligações inter-institucionais sejam reforçadas; fornecer materiais de ensino e móveis ou utensílios

adaptados; realizar reuniões de redes de pais ou responsáveis; implementar ações de fortalecimento acadêmico e avaliação.

3. telesecundarias escolas em 32 estados com ações destinadas a apoiar a inclusão e retenção são reforçadas por meio de transferências de recursos para monitorizar a melhoria contínua dos processos de estudo, avaliação local em melhorar os níveis de escolaridade estratégias de aprendizagem e desenvolvimento, o uso de materiais educativos multimídia no processo de estudo dos estudantes na telesecundarias.

4. apoio financeiro a projectos locais para fortalecer a inclusão educacional e equidade no âmbito dos direitos humanos e perspectiva de igualdade de gênero é fornecida.

No ensino secundário, os recursos financeiros fornecidos através do programa aplica-se à compra ou pagamento de:

a) Os computadores e equipamentos periféricos, como impressoras, leitores ópticos, scanner, reguladores de tensão e estabilizador de energia, entre outros.

b) O software de computador para uso geral, incluindo processadores de texto, planilhas, bancos de dados e outros necessários para a educação de alunos com deficiência e programas de proteção contra vírus e outros utilitários que são necessários.

c) Programas de computador especializados para apoiar actividades de aprendizagem feitos por usuários por tipo de deficiência, como visual, auditiva ou motora.

d) Impressoras de Braille, sistemas de áudio e projeção, bem como qualquer outro dispositivo para apoiar as actividades de aprendizagem de alunos com deficiência Centros de Aprendizagem de Alunos com Deficiência (CAED).

e) Instalação de mobiliário e proteção de equipamentos de informática.

f) Serviços inerentes em CAED, as despesas operacionais e de manutenção do CAED.

g) Os ajustes físicos necessários para permitir a acessibilidade a CAED.

h) Manutenção de CAED.

Para o nível de escolaridade do ensino superior, os tipos de apoio que são fornecidos através deste programa são:

1) Apoio ao Fortalecimento das Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) para a formulação de ações para ajudar a reduzir as disparidades no acesso à educação através de uma ampla perspectiva da inclusão, com foco na igualdade de género de pessoas, em vulnerável.

2) Apoio ao IPES servir as pessoas com deficiência para atender às suas necessidades específicas e minimizar as barreiras à aprendizagem e promover a participação social. O apoio envolve a transferência de acordo com a disponibilidade orçamento de 100% dos recursos orçados alocados à SES eo IPES para atividades acadêmicas, de ligação, de infra-estrutura, mobiliário e equipamentos para pessoas com deficiência.

CONCLUSÃO

Um dos melhores sistemas críticos informados sobre predominante política, económica e social (democracias de livre mercado) organização, é a polaridade social sobre a questão da igualdade de oportunidades e distribuição de recursos. Essa polaridade tende a se tornar mais pronunciada nos países mais pobres e menos desenvolvidos.

A educação é um dos elementos dos sistemas de organização social que podem contribuir para melhorar a igualdade de oportunidades para os setores mais vulneráveis e marginalizados da população tenha acesso a melhores escolhas de vida e reduzir a desigualdade na distribuição de recursos (ou seja, a educação "pode e deve" ser o meio para entregar a justiça social em um sistema de liberdades que naturalmente gera desigualdades). No entanto, a questão continua a ser respondida é: Qual a estrutura e as funções devem possuir o sistema de ensino para ajudar a melhorar a igualdade de oportunidades e gerar uma distribuição mais equitativa dos recursos entre os diferentes grupos da população em um país?

Com uma reflexão a priori, e a partir de uma estrutura orientada para a educação de qualidade, com base em uma análise crítica do que é e que tipo de treinamento para configurar formas e conteúdos educativos, destinam-se principalmente três ações:

- Caracterizar os diferentes grupos da população, especialmente os marginalizados que têm maior atraso no acesso à educação e ao sucesso escolar.
- Identificar pela escola som científica estudos e fatores extracurriculares que afetam o sucesso acadêmico e seu grau de influência.
- E, finalmente, traçar estratégias para as necessidades dos diferentes grupos de população de acordo com as suas características e fatores que afetam o sucesso acadêmico particulares.

Finalmente, com a análise dos cinco programas governamentais que visam melhorar a equidade na educação pode ser emitido as seguintes conclusões..

- Três programas visam melhorar a infra-estrutura e visam os grupos mais marginalizados da população, promovendo a equidade entre os grupos mais vulneráveis. Estes programas são escolas de programas dignos, escolas de qualidade do programa para reduzir o fosso educacional, e o programa de inclusão e equidade educacional.
- A inclusão programa e literacia digital é destinado somente as crianças que frequentam escolas públicas do Distrito Federal, não há discriminação entre grupos populacionais marginalizados e não marginalizado e a área em que tem lugar o programa com base no diferenciado contexto educacional e situação entre as populações urbanas e rurais, contribui pouco para favorecer os grupos que necessitam de apoio para melhorar a igualdade educacional e equidade.
- O programa de escolas de tempo integral é a que melhor se adapta uma proposta específica de acordo com as necessidades de grupos populacionais a que se dirige, e é provavelmente a única que pode ter um impacto maior para melhorar a equidade educacional, pois oferece uma formação diferenciada (horário estendido) para os grupos populacionais mais vulneráveis e marginalizados.
- Programas focada no fornecimento de infra-estruturas desempenham um papel muito básica e capital necessário; no entanto, fatores que afetam o sucesso acadêmico como um todo não são abordados, como eles não incluem ações específicas nos aspectos extracurriculares que de acordo com dados do Banco Mundial pode ter uma influência maior do que apenas acadêmica; portanto, para que os programas podem alcançar o

impacto desejado sobre o capital educacional é necessária, além de intervir nos fatores de acadêmicos também podem afetar os aspectos extracurriculares.

Bibliografía

- Aguerrondo, I. (1993). La calidad de la educación: ejes para su definición y evaluación. *Revista Interamericana de Desarrollo Educativo*, pp. 561-578.
- Braslavsky, C., y Cosse, G. (1996). Las actuales reformas educativas en América Latina. Cuatro actores, dos lógicas y ocho tensiones. Buenos Aires: Programa de promoción de la Reforma Educativa en América Latina y el Caribe.
- Cohen, E. (2002). Educación, eficiencia y equidad: una difícil convivencia. *Revista Iberoamericana de Educación*, pp. 105-124.
- Didou, S. (2011). Cobertura y promoción de la equidad en el Sistema de Educación Superior en México. *Perfiles Educativos*, pp. 59-65.
- Latapí, P. (2006). Reseña de "equidad, calidad e innovación en el desarrollo educativo nacional" de la Secretaría de Educación Pública. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 693-701.
- Navarro, J. (2006). Dos clases de políticas educativas. La política de las políticas públicas. Programa de promoción de la reforma educativa en América Latina y el Caribe.
- Rawls, J. (1993). *Liberalismo Político*. Nueva York: Columbia University Press.
- Rodríguez, C. (2008). Equidad de la educación en México. Propuesta de un sistema de indicadores. *Revista perspectivas sociales*, pp. 55-78.
- Secretaría de Gobernación (28 de 12 de 2013). *Diario Oficial de la Federación*. Recuperado el 05 de 12 de 2015, de ACUERDO número 711 por el que se emiten las Reglas de Operación del Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa: ACUERDO número 711 por el que se emiten las Reglas de Operación del Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa
- Vakis, R., Rigolini, J., y Luchetti, L. (2015). Los olvidados, pobreza crónica en América.

- Bustos Romero, O. (2003). Mujeres y educación superior en México. Composición de la matrícula universitaria a favor de las mujeres. Repercusiones educativas, Económicas y Sociales. México. Obtenido de <http://www.mexicoconectado.gob.mx/images/stories/Liferay/eMex/informacion/>
- Gobierno de la República, México (2014). Reforma Educativa, resumen ejecutivo. México: Gobierno de la República. Obtenido de http://reformas.gob.mx/wp-content/uploads/2014/04/RESUMEN_DE_LA_EXPLICACION_REFORMA_EDUCATIVA.pdf
- INEE (2013). Panorama Educativo de México 2013. Indicadores del sistema educativo Nacional de Educación Básica y Media Superior. INEE. Obtenido de <http://publicaciones.inee.edu.mx/buscadorPub/P1/B/112/P1B112.pdf>
- Krawczyc, N. (2002). La reforma educativa en América Latina desde la perspectiva de los organismos multilaterales. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 627-673. Obtenido de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14001609>
- Secretaría de Educación Pública (16 de 12 de 2015). Escuelas de tiempo completo. Recuperado el 17 de 12 de 2015, de Programa escuelas de tiempo completo: <http://basica.sep.gob.mx/temposcompleto/>
- Secretaría de Educación Pública (2015). Escuelas Dignas. Recuperado el 05 de 12 de 2015, de http://www.inifed.gob.mx/escuelas_dignas/
- Secretaría de Educación Pública (13 de 08 de 2015). Programa de inclusión y alfabetización digital 2015 (PIAD). Recuperado el 05 de 12 de 2015, de <http://www2.sepdf.gob.mx/principal/piad-2015-2016.jsp>
- Secretaría de Gobernación (28 de 02 de 2015). Diario Oficial de la Federación. Recuperado el 05 de 12 de 2015, de CONVENIO de Coordinación para la operación del Programa Escuelas de Excelencia para Abatir el Rezago Educativo: http://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5405514&fecha=28/08/2015